



3ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na Apelação Cível de nº. 295484-7

Embargante: Nancildo Antônio da Siva

Advogada: Elizabeth de Carvalho PE 017009D

Embargado: Estado de Pernambuco e OUTROS

Procuradora: Maria Raquel Santos Pires

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

EMENTA: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. MILITAR. INATIVIDADE. PROMOÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. PRETENSÃO ÚNICA DE REDISCUTIR MATÉRIA AMPLAMENTE ANALISADA. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. Da literalidade da Ementa do Acórdão vergastado, bem como do voto exarado por esta Relatoria, pode-se inferir que esta Câmara Cível discutiu e apreciou, detidamente, os argumentos desenvolvidos pelo ora embargante, principalmente no que se refere à promoção por antiguidade.
2. Não há o que se falar em decesso remuneratório, na medida em que o embargante não faz jus à pleiteada reforma em grau hierárquico em grau de terceiro sargento.
3. No acórdão embargado, ficou esclarecido que, com o implemento da Emenda Constitucional Estadual nº 16/99, restaram modificados os arts. 100, §3º e 171, §2º e 3º da Carta Estadual, os quais estenderam aos militares as proibições referentes aos funcionários públicos civis, no sentido de determinar que os proventos de aposentadoria e pensões, ao tempo de sua concessão, não poderiam ultrapassar a remuneração do mesmo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou serviu de parâmetro para a concessão da pensão.
4. As questões levantadas pelo embargante, ainda na fase de recurso de agravo, são periféricas e não arrogam à modificação do *decisum*, tendo em vista, que o seu direito pereceu em virtude da não comprovação dos requisitos expostos na Lei 12.344/03.
5. Em verdade, visa o embargante a reapreciação das questões já analisadas quando do julgamento do Recurso do Agravo, para fins de pré-questionamento, trazendo, para tanto, questões já discutidas durante todo o processo, o que é manifestamente impossível diante do estreitamento desta via recursal, voltada exclusivamente para sanear eventuais falhas constantes no julgado, desde que previstas nas hipóteses do art. 535, CPC, o que, evidentemente, não é o caso.
6. Mesmo quando visem especificamente ao pré-questionamento, não podem os embargos de declaração ultrapassar os contornos do artigo 535 do CPC.
7. Embargos **CONHECIDOS** e **REJEITADOS**, considerando a inexistência de omissões, contradições ou obscuridades quanto à matéria posta em julgamento. Por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos Declaratórios no Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 295484-7** da Comarca do Recife, em que figuram, como embargante **Nancildo Antônio da Silva** e, como embargados o **Estado de Pernambuco e OUTROS**, ACORDAM os Desembargadores Integrantes da 3ª Câmara de Direito Público, por unanimidade, no sentido de **CONHECER** e **REJEITAR** os presentes aclaratórios, considerando a inexistência de contradições, obscuridades ou omissões quanto à matéria posta em julgamento, nos termos da notas taquigráficas em anexo, as quais ficam fazendo parte integrante deste.

Recife, 29 de Maio de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator



3ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na Apelação Cível de nº. 295484-7

Embargante: Nancildo Antônio da Siva

Advogada: Elizabeth de Carvalho PE 017009D

Embargado: Estado de Pernambuco e OUTROS

Procuradora: Maria Raquel Santos Pires

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

RELATÓRIO

Trata-se de **Embargos de Declaração** opostos por **Nancildo Antônio da Silva**, sob o argumento de omissão no julgado e com o intuito, principalmente, de atender aos pressupostos de admissibilidade dos recursos excepcionais.

Por ocasião do julgamento do Recurso de Agravo, esta Câmara de Direito Público manteve a decisão monocrática que negara seguimento à Apelação Cível nº 295484-7, tomando a seguinte ementa:

DIREITO ADMINISTRATIVO E CIVIL. PROVENTOS CALCULADOS COM BASE NO SOLDADO CORRESPONDENTE AO GRAU SUPERIOR. DEFERIDO. ADVENTO DA LC Nº 59/2004. PEDIDO DE NOVA "PROMOÇÃO". IMPOSSIBILIDADE DA DUPLA "PROMOÇÃO". INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL DA EMENDA CONSTITUCIONAL ESTADUAL Nº 16/99. RECURSO IMPROVIDO. POR UNANIMIDADE.

1. A questão a ser definida cinge-se, especificamente, em determinar qual a norma aplicável ao caso em espécie: se o artigo 171 da Constituição Estadual ou se as leis especiais que regulamentam a remuneração dos policiais militares do Estado de Pernambuco e, dentre elas, se a Lei nº 10.426/90 ou a Lei Complementar nº 59/04

2. A Lei nº 10.426, de 27 de abril de 1990 e a Lei Complementar nº 59, de 05 de julho de 2004, foram editadas em conformidade com a Constituição Federal e com a Constituição do Estado de Pernambuco, promulgada em 5 de outubro de 1989. Cuida-se, pois, de leis especiais que tratam da remuneração dos servidores militares do Estado, dentre outras providências.

3. Em 1999, foi editada Emenda à Constituição do Estado de Pernambuco, alterando a redação do art. 171 e estabelecendo, assim, a impossibilidade de o servidor público estadual aposentado ou o pensionista perceber, a título de proventos de aposentadoria ou pensão, valor que exceda a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

4. Haveria, assim, uma antinomia real a ser solucionada. Ocorre que, aos servidores militares, o regramento é diverso e tratado por meio de lei especial, cabendo definir qual das leis especiais deve ser aplicada

5. O parágrafo 2º do artigo 21 da Lei Complementar nº 59/04, já vigente na ocasião em que proferida a decisão ora impugnada, é expresso no sentido da garantia a todos os militares que se encontrassem reformados à época da sua entrada em vigor, em 05 de julho de 2004, da percepção dos proventos de inatividade no valor correspondente ao posto ou graduação imediatamente superior ao que ocupava em atividade, a título de promoção.

6. Logo, ao se analisar a cópia do contra-cheque do ora recorrente, consignado no documento de fls. 22, infere-se que o provento do mesmo está sendo pago corretamente, posto que corresponde ao de 3º SARGENTO PMPE, como assegura



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

09

- a Lei Complementar citada no parágrafo supra e na Portaria de aposentação. Neste aspecto, portanto, razão alguma assiste ao recorrente.
7. O que almeja o recorrente é ser promovido, quando da passagem a inatividade, por duas vezes. O que resta impossível.
8. Recurso de Agravo improvido.
9. Decisão unânime.

Aduz o embargante que a presente decisão padece de omissão em relação a:

- A) Declaração incidental de Inconstitucionalidade do § 2º, art. 171 da Emenda Constitucional 16/99.
- B) Princípio da Legalidade (art. 37, caput, da Constituição Federal).
- C) Princípio da Irredutibilidade de vencimentos.
- D) Responsabilidade Civil do Estado (art. 37, §6º da CF).
- E) Da possibilidade de tutela antecipada contra o Estado (inciso XXXV do art. 5º da CF).

Pugna, por fim, sejam acolhidos os presentes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, com os efeitos daí decorrentes, com a finalidade de cumprir as exigências do prequestionamento.

É o que se tem de relevante a relatar.

VOTO

O acórdão embargado está acostado às fls. 143/143v dos autos.

Da literalidade da ementa do Acórdão vergastado, bem como do voto exarado por esta Relatoria (fls. 144/147), pode-se inferir que esta 3ª Câmara de Direito Público discutiu e apreciou, detidamente, todos os argumentos desenvolvidos pelo ora embargante quando da análise da matéria tanto em sede de Apelação Cível, como em sede de Recurso de Agravo.

Em verdade, visa o embargante a reapreciação de questões já analisadas quando do julgamento do seu anterior recurso, para fins de prequestionamento, trazendo, para tanto, questões já discutidas durante todo o processo.

Ora, doutos Desembargadores, no voto em que proferi no julgamento do recurso de agravo a matéria foi amplamente discutida. Especialmente no que se refere à existência ou não de direito a mais uma promoção em favor do autor, policial militar, quando de sua passagem para a inatividade.

Não há o que se falar em decesso remuneratório, na medida em que o embargante não faz jus à pleiteada reforma em grau hierárquico superior.

Dessa forma, tal enfrentamento se deu especialmente no meu voto às fls. 144/147.

A alegação de omissão quanto aos demais pontos antes mencionados não merece respaldo, pois ficou esclarecido que, com o implemento da Emenda Constitucional Estadual nº 16/99, restaram modificados os arts. 100, §3º e 171, §2º e 3º da Carta Estadual, os quais estenderam aos militares as proibições referentes aos funcionários públicos civis, no sentido de determinar que os proventos de aposentadoria e pensões, ao tempo de sua concessão, não poderiam ultrapassar a remuneração do mesmo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou serviu de parâmetro para a concessão da pensão.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

178

09

No mais, as questões levantadas pelo embargante, ainda na fase de recurso de agravo, são periféricas e não arrogam à modificação do *decisum*, tendo em vista que o seu direito pereceu em virtude da não comprovação dos requisitos expostos na Lei 12.344/03.

Como destacamos, os presentes aclaratórios se prestam a rediscutir matéria amplamente analisada com a nítida pretensão de ver reformada a decisão pela insurgência dos fundamentos utilizados, trazendo questionamentos infundados e já discutidos nos autos.

Tal pretensão é manifestamente impossível diante do estreitamento desta via recursal, voltada exclusivamente para sanear eventuais falhas constantes no julgado, desde que previstas nas hipóteses do art. 535, CPC, o que, evidentemente, não é o caso.

Esse é o entendimento desta Corte de Justiça, conforme o julgado colacionado abaixo:

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INOCORRÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO NO ACÓRDÃO - APRECIÇÃO MINUCIOSA E PRECISA DE TODA MATÉRIA POSTA EM JULGAMENTO - PREQUESTIONAMENTO - EMBARGOS CONHECIDOS - RECURSO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.1. Os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (Incisos I e II, do art. 535, do CPC), e, em face de construção jurisprudencial, admissíveis frente a decisões judiciais em sentido amplo. Em regra, não possuem caráter modificativo ou substitutivo, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. 2. Inexiste a alegada omissão, uma vez que a toda a matéria impugnada foi analisada no acórdão embargado entendendo o Órgão Julgador os juros de mora não constituem acréscimos ao valor da condenação, são apenas atualização do valor da moeda, tendo em vista que a sua configuração histórica sofre modificações com o decurso do tempo.3. A alegação de que não houve menção no julgado concernente ao dispositivo indicado pelo Embargante, tenho que não merece respaldo, uma vez que o Julgador não está obrigado a tecer considerações a respeito de todas as regras jurídicas, pontos e argumentos invocados pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando aspectos pertinentes ao tema e a legislação que entender aplicável ao caso concreto.4. Embargos Declaratórios conhecidos, para fins de pré-questionamento, porém rejeitados à unanimidade."

(Embargos de Declaração 127110-7/01 Recife 01271107 Relator Fernando Cerqueira 7ª Câmara Cível 20/6/2006 09:00 Publicação 135)

Note-se que, mesmo quando visem especificamente ao pré-questionamento, não podem os embargos de declaração ultrapassar os contornos do artigo 535 do CPC.

Em face do exposto, meu voto é no sentido de **CONHECER** e **REJEITAR** os presentes aclaratórios, considerando a inexistência de omissões, contradições ou obscuridades quanto à matéria posta em julgamento.

É como voto.

Recife, 29 de Maio de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator